

RESENHA

O ESPÍRITO DAS RAÇAS: O IDENTITARISMO É O FASCISMO DO SÉCULO 21?

JOÃO BERNARDO E OS LABIRINTOS DO FASCISMO

THE SPIRIT OF RACES: IS IDENTITY POLITICS THE FASCISM OF THE 21ST CENTURY? JOÃO BERNARDO AND THE LABYRINTHS OF FASCISM

Claudinei Cássio de Rezende¹

Ao longo de duas décadas, João Bernardo reuniu um conjunto analítico e historiográfico sobre o fascismo resultando num estudo substantivo, de mais de duas mil páginas, que chega ao Brasil pela editora Hedra em seis volumes com o título *Labirintos do Fascismo*. Em sua obra, o filósofo português afirma que o fascismo se define como a mais ambígua das formas políticas. Destas ambiguidades, soa-nos bastante idiossincrática a metamorfose que o fascismo assumiu no século 21: está vinculado àqueles que se autoproclamam à esquerda no espectro político. A razão desta aparente aberração é oferecida *ad exemplum* por João Bernardo no sexto volume da série. Raramente o fascismo é identificado facilmente quando surge no horizonte social; sua identificação é, normalmente, ulterior. Ao mesmo tempo que isso ocorre, a sociedade coetânea a este fascismo tende a exorcizar como objeto de aversão uma imagem banalizada do fascismo, o que acaba por incorporar um fascismo pós-fascista nesta jornada. Com isso, João Bernardo remove o fascismo como exclusividade da direita ao determinar que o pós-modernismo deságua no culto das identidades, resultando no fascismo dos nossos tempos.

A propósito da análise *ad exemplum*, João Bernardo constata que “não há praticamente teses adotadas pela esquerda pós-moderna que não tivessem

1. Doutorado em Ciências Sociais pela Unesp/Fapesp; Pós-doutorado em História Moderna pela PUC-SP/Capes. Professor de História e História da Arte na PUC-SP; Professor de Arte Clássica na Belas Artes de São Paulo; Fundador do Instituto Candelaió.

sido sustentadas pelos fascistas italianos ou pela extrema-direita radical e pelos fascistas na República de Weimar e no Terceiro Reich” (2022, p. 173). Na prática, portanto, não há identitarismo que não seja uma transposição para a nossa época da biologização da cultura que caracterizou o fundamento do nazismo – o que seriam os “saberes ancestrais” como valores transcendentais senão a anulação da *cultura na história* como determinante no fazer-se do gênero humano? O que acaba por revelar um novo supremacismo racial. Entre a noção de psicologia dos povos proposta pelo romantismo alemão e a biologização da cultura pelos nazistas há uma fronteira delgada, de tal maneira que “a legitimidade de uma Epistemologia do Sul não é superior à da Física Ariana” (2022, p. 173). O leitor poderia imaginar que uma frase como “um dado espírito e uma dada raça enfrentam o universo com questões que lhes são específicas” caberia muito bem na voz de uma *filósofa feminista negra e escritora de um manual sobre raças*, afinal, o *espírito da raça* é parte integrante do discurso dos *saberes ancestrais*; no entanto, a frase citada pertence a uma obra sobre “apropriação cultural” e “embates raciais de nossos tempos” de Alfred Rosenberg (1986, p. 110), ministro e conselheiro de Hitler, arquiteto intelectual do nazismo, na sua obra mais célebre, *O mito do século 20*. Não obstante, João Bernardo não para na comparação polêmica; muito pelo contrário, ele escava até a raiz do identitarismo, chegando nas teorias do direito de Joseph de Maistre e de Savigny.

Se o “racismo não é uma forma de abordar o problema racial, mas as raças é que são resultado do racismo, uma naturalização de um fenômeno ideológico”, diz João Bernardo, então é nefasto que o “movimento negro, cuja legitimidade originária lhe fora conferida pelo combate ao racismo”, pela anulação da ideia da existência de raças, “venha agora restaurar a noção e o vocabulário das raças” (2022, p. 176). Discursos de Marcus Garvey sobre a existência de uma *raça negra pura* agora são complementados com a ideologia do supremacismo: “Quando no Brasil, no feriado de 20 de novembro de 2017, Dia Nacional da Consciência Negra, o movimento negro desfilou na principal avenida de São Paulo ostentando uma faixa que proclamava ‘Miscigenação também é genocídio’, percebemos que se trata das mesmas noções de pureza da raça que presidiram no Terceiro Reich ao conjunto das leis raciais decretadas em Nuremberg em setembro de 1935” (idem). O mestiço de hoje é o *Mischling* de ontem. Aliás, ocupar o espaço da cultura com *revisionismo histórico* também é uma marca antissemítica dos tempos atuais: Jesus histórico agora é convertido *ad hoc* em um *bambara subsaariano* em matérias jornalísticas da BBC, como em *Por que é importante saber que Jesus não era*

branco, ainda que a descodificação do genoma já conste no itinerário científico há meio século e as pesquisas sobre Adão-cromossomal-Y e Eva Mitocondrial possam atestar resultados sobre a origem judaica totalmente distintos daqueles da ideologia antissemita identitária². A criação de uma não-identidade judaica, adaptada e esgarçada de acordo com o critério binário-maniqueísta, ora carrega o judeu para o campo do “não branco”; ora para a “branquitude”, a depender de onde se procura localizar o judeu no âmbito das análises morais identitárias.

A substituição da luta de classes pelo ressentimento numa escala de *vítima social* é o combustível do fascismo nos anos 1920, como também no identitarismo dos anos 2020. Todos “os progressos que a classe trabalhadora e a esquerda conseguiram originar e sustentar são agora menosprezados como eurocêntricos pelos cultores da identidade” (2022, p. 178). Tal como o nazismo exigiu uma *anti-raça*, ou seja, os judeus; agora a lógica do identitarismo exige uma *anti-identidade*, percebe sagazmente João Bernardo. O *homem branco* é o portador do pecado original desta vez. Ainda que o *eurocentrismo* seja um mito não sufragado pelos fatos históricos. As civilizações grega e romana foram de matriz mediterrânea, e não europeia do norte, inclusive contrapondo-se à esta última, assimilando conhecimentos egípcios, etruscos e babilônicos – vale notar que o Império Romano ampliou sua área de convergência no sentido oriental e magrebino. Aqui sem mencionar o percurso completo feito por João Bernardo na demonstração de que o acesso europeu aos conteúdos árabes, a partir do século 12, fez com que surgisse o proto-Renascimento, alimentado posteriormente por Jorge Gemisto Pletão e pelas traduções de Ficino do neoplatonismo para a língua latina no *quattrocento* florentino. Depois de mencionar o tributo devido ao oriente, João Bernardo lembra que só a partir do século 18 é que a diversidade europeia foi absorvida e integrada numa cultura unificada. Mas essa já não era a cultura europeia, e sim a cultura capitalista – completamente mundializada. Por sua característica globalizante, desde o princípio, o capitalismo suscitou um movimento de incorporação das diversas culturas do mundo em vez de uma simples exportação de uma suposta (e inexistente) cultura eurocêntrica. E não se tratou de uma apropriação, mas de uma criação de algo sem precedentes na história produtiva, de sorte que a cultura capitalista é não-eurocêntrica porque é, antes de tudo e irrevogavelmente, mundializável.

O mito do eurocentrismo, diz João Bernardo, nasce da tentativa de caracterizar algo que seja contrário ao espírito do nacionalismo reacionário, que é o elemento

2. BBC News. 18 de abril de 2019. Por Robin Whitaker. “Ponto de vista: por que é importante saber que Jesus não era branco”.

cultuado pelo identitarismo. Por isso mesmo, perante a globalização do capital, o identitarismo somado aos nacionalismos reacionários são instrumentos de fragmentação da luta dos trabalhadores. O sistema capitalista se fortalece neste sentido, porque se cria a ilusão de uma escolha deliberada da vítima do processo produtivo. No entanto, a principal característica do capitalismo é ser ele incomparavelmente indiferente às identidades sociais das pessoas que explora. Diferentemente dos modos de produção pré-capitalistas, a exploração capitalista não se liga a identidades, desigualdades ou diferenças extraeconômicas políticas ou jurídicas. A extração da mais-valia dos trabalhadores assalariados acontece numa relação entre indivíduos formalmente livres e não pressupõe diferenças de condição política ou jurídica. Na verdade, o capitalismo tem uma tendência a solapar essas diferenças e a diluir identidades como gênero ou raça, pois o capital luta para absorver as pessoas no mercado de trabalho e para reduzi-las a unidades intercambiáveis de trabalho, privadas de toda identidade específica³. Neste sentido, no mundo capitalismo não há nem patriarcalismo estrutural, nem mesmo racismo estrutural – o racismo, neste caso, é histórico, não estrutural. Quem complementa muito bem o debate alicerçado por João Bernardo é a historiadora Ellen Wood (2011, p. 232):

Embora o capitalismo possa usar e faça uso ideológico e econômico da opressão de gênero, essa opressão não tem status privilegiado na estrutura do capitalismo. Ele poderia sobreviver à erradicação de todas as opressões específicas das mulheres, na condição de mulheres – embora não pudesse, por definição, sobreviver à erradicação da exploração de classe. [Isso significa...] que não há necessidade estrutural específica de opressão de gênero no capitalismo, nem mesmo uma forte disposição sistêmica para ela.

Esta formulação nunca aparece no âmbito do debate público por várias razões, sendo as mais fortes: o modo de agir do debate identitário se fundamenta na falácia *ad hominem* do *lugar de fala*, característica daqueles que censuram o interlocutor em vez de observar o discurso professado, promovendo um sistema persecutório de destruição de reputações; e a inaptidão dos identitários ao estudo histórico, resultando em pseudopesquisas com viés de confirmação, ou seja, o discurso se movimenta entre os convertidos.

Da mesma maneira como ocorre com a questão do gênero e raça, o discurso identitário busca satisfazer uma abstração sem respaldo na realidade a partir da teorização do *bom selvagem* quando se trata das questões dos povos originários. Nos primórdios da antropologia, a descoberta de *povos originários e primitivos* deu

3. O melhor trabalho publicado, de meu conhecimento, sobre o tema está em Ellen Wood (2011).

ânimo de comprovação das antigas teses rousseauístas, na esperança de encontrar nos indígenas americanos, por exemplo, o caractere do *homem em seu estado de natureza*. Caracterizações deste tipo não se sustentaram depois dos estudos de Claude Lévi-Strauss com os bororós em terras brasileiras. Ainda assim, em âmbito ideológico, os identitários continuaram a professar a tese do bom selvagem. João Bernardo, por sua vez, captou a essência da discussão. Senão, vejamos por suas próprias palavras:

O mito da natureza e o seu corolário, a apologia das técnicas rudimentares, são inseparáveis do mito do bom selvagem, em harmonia com o meio circundante. Apesar da antropologia ter mostrado a desigualdade e os sistemas de exploração em sociedades arcaicas, os ecologistas preferem apresentá-las todas de maneira idílica para sustentar a noção de que a tecnologia moderna acarreta efeitos catastróficos. Se o racismo antissemita forjou os *Protocolos dos Sábios de Sion*, os conservacionistas nativistas fabricaram o discurso do Chefe Seattle. Cada um busca na invenção de mitos uma legitimação que não encontra na história. A própria noção de selvagem ou bárbaro, criada por sociedades possuidoras de algumas técnicas de produção bastante elaboradas, resultou de uma significativa distorção da capacidade de observação dos viajantes e colonizadores, que não conseguiam ver a sofisticação de uma humanidade que abordavam pela primeira vez. Procurando nos outros apenas aquilo que eles mesmos possuíam, chegaram à conclusão de que os outros nada tinham, ou muito pouco, quando na realidade esses povos, embora mantivessem em formas simples certos âmbitos de atividade técnica que nas civilizações em expansão tinham atingido uma grande complexidade, haviam tornado complexos alguns âmbitos de relacionamento social que entre os recém-chegados se reduziam a um estado elementar. Difundiu-se assim a noção da existência de pessoas em comunhão com a natureza, em vez de se entender que essas pessoas atuavam também sobre a natureza, destruíam-na e recriavam-na em moldes sem dúvida diferentes, mas nem por isso menos carregados de consequências (2022, p. 205-6).

De igual modo, as questões apresentadas pelo movimento ambientalista – que, ousado dizer, já haviam sido veementemente rebatidas em sua ineficácia pela magistral obra de István Mészáros, *Para além do capital* – também incorrem em abstrações anticientíficas. O filósofo português nos lembra que, do ponto de vista científico, qualquer fenômeno climático resulta de uma complexa multiplicidade de fatores, mas hoje os ecologistas tendem a atribuir somente à ação antrópica a fase térmica da Terra, partindo de uma cruzada contra o aquecimento global que deixa intacto o modo de produção do capital. Tal como o nazismo pretendeu regressar romanticamente a uma Alta Idade Média utópica, aqui se encena uma Cruzada das Crianças, chegando ao xamanismo ecológico de toda ordem. “Todavia, não é preciso venerar a Mãe Terra nem recolher o sangue menstrual e vertê-lo no solo para participar na noção difusa de um equilíbrio natural primordial” (2022, p. 252) e defender uma concepção não-teleológica da natureza.

REFERÊNCIAS

BERNARDO, João. **Labirintos do fascismo**: as metamorfoses do fascismo. Vol. 6. Editora Hedra. São Paulo, 2022.

ROSEMBERG, Alfred. Le Mythe du XXe Siècle. **Bilan des Combats Culturels et Spirituels de Notre Temps**. Paris. Avalon, 1986, p. 110.

WOOD, Ellen. **Democracia contra capitalismo**. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.